

• Constituinte

ORDEM SOCIAL

“Em educação deve ser investido tudo que for necessário”

por Carlo Iberê de Freitas de Brasília

“Liberdade e investimentos.” Na opinião do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristóvam Buarque, estas são as duas premissas fundamentais para o futuro do sistema educacional brasileiro.

Baseado neste raciocínio, Cristóvam Buarque avalia que o aumento de 13 para 18% da arrecadação do governo destinada à educação pública, de acordo com a nova Constituição, apenas vai dar para cobrir os custos provenientes da descentralização dos encargos. “Em educação deve ser investido tudo o que for possível, pois não é um privilégio privado de quem estuda, é um investimento no futuro da Nação”, assinalou.

Crise é outra discussão que o reitor da UnB gosta. “A comunidade acadêmica gosta de botar a culpa na falta de verbas, que é um fato — as universidades vivem na penúria —, mas há um vácuo interno na falta de auto-estima dentro das próprias instituições de ensino, na falta de vontade de transformarmos as instituições”, analisou, acrescentando: “O vácuo principal vem de fora, do vácuo geral da sociedade brasileira. Não vamos querer que a universidade se encontre enquanto não há um projeto claro para o País”.

Os estudantes também perderam, julga o reitor, “só que neles é desculpável, pois, saíram de um ensino secundário (segundo grau) viciado por vinte anos de autoritarismo, estando perplexos, descrentes com as instituições, com os políticos e com a falta de perspectivas para

quando saírem da universidade. Então, é natural”, comentou o reitor da UnB, Cristóvam Buarque, formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Pernambuco e no cargo desde agosto de 1985, depois de ocupar a chefia de gabinete do ministro da Justiça, Fernando Lyra.

Indesculpável, porém, na opinião do reitor, é a universidade atual não estar na vanguarda dos projetos sociais. “Eu estou convencido de que, no conceito tradicional de qualidade, não perdemos qualidade. Um engenheiro de hoje sai muito mais preparado do que há vinte anos. A diferença é que nós saímos acreditando que a industrialização do País ia resolver os problemas e construir uma sociedade justa e independente.”

“Eles estão saindo sabendo mais engenharia do que nós, mas sem acreditar em um projeto nacional. A universidade não perdeu qualidade, ela perdeu foi velocidade em se adaptar às novas exigências.” A solução, o próprio reitor indicou: “Nós temos de organizar as universidades — e a UnB já está fazendo isso — para que os médicos pensem o sistema de saúde, os engenheiros pensem os problemas do transporte e assim por diante. A universidade é o instrumento de luta pela liberdade dos seres humanos, então, eu acho que o grande esforço é nós sabermos como esta nação pode ser livre das doenças, das necessidades, das desigualdades. Este deveria ser realmente o trabalho e o projeto das universidades”, defendeu o reitor da UnB.

DIREITOS SOCIAIS

A articulação do “lobby” empresarial

por Miriam Lombardo de Brasília

Representantes das federações estaduais de indústrias, das federações de agricultura, do comércio e de serviços estiveram reunidos ontem na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, traçando uma estratégia de atuação para o segundo turno de votações da Assembleia Nacional Constituinte. O objetivo do grupo é o de conseguir, através de uma unidade empresarial, modificar alguns pontos aprovados pela Constituinte no primeiro turno de votações, que não agradaram ao empresariado.

Um dos capítulos mais criticados pelos empresários presentes à reunião de ontem foi o dos direitos sociais. De acordo com Ruy

Altenfelder, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e coordenador da Comissão de Assuntos Legislativos da CNI, um dos artigos que mais desagradou aos empresários, e que certamente constará da lista de sugestões de supressões a ser apresentada pelo grupo aos constituintes, é o que prevê uma jornada de trabalho máxima de 6 horas ininterruptas. Segundo Altenfelder, na opinião dos empresários o texto aprovado é prejudicial aos trabalhadores e às indústrias, principalmente as do setor siderúrgico. Outro ponto criticado é o que prevê a possibilidade de greves em setores considerados essenciais. Para os empresários, o direito de greve deve ser assegurado, mas não para os setores importantes da economia.

Mais verbas para o ensino público e liberdade para escolas privadas

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Depois de vários dias de negociações, a Assembleia Constituinte aprovou o capítulo da Educação, Cultura e Desporto, que, entre outras inovações, determina o aumento do percentual de recursos a ser aplicado pela União na manutenção e desenvolvimento do ensino, o fim da destinação de verbas públicas para as escolas privadas, que passarão a ter maior autonomia, e a extinção da concessão de bolsas de estudo para o ensino universitário.

O acordo, aprovado por 443 votos contra apenas dois e três abstenções, aumenta de 13 para 18% o percentual da receita dos impostos que a União deve destinar à educação. Os estados, Distrito Federal e os municípios continuarão destinando para o setor 25% dessa receita. O texto,

bem mais detalhado que o atual, deixa claro que essa receita não deve ser calculada dentro dos recursos repassados pelos fundos dos estados e municípios.

As verbas públicas serão destinadas à escola pública. Exceção foi aberta para as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que poderão receber ajuda financeira, desde que não tenham fins lucrativos e que, quando do encerramento de suas atividades, destinem o seu patrimônio a outra escola de igual atuação.

A atual Constituição determina que a iniciativa privada “merecerá o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive mediante bolsas de estudo”.

Se por um lado não mais receberá ajuda financeira do governo, as escolas privadas ficam livres para fixar o valor das mensala-

des. Para funcionar, devem apenas atender a duas condições: cumprir as normas gerais de educação nacional e ter seu desempenho fiscalizado pelo poder público.

Ficou decidido que os programas suplementares de alimentação (como a merenda escolar) e os de assistência à saúde serão financiados pelas contribuições sociais — por exemplo, o Finsocial — e por outros recursos orçamentários, a serem definidos posteriormente.

Não haverá mais a concessão de bolsas de estudo no grau universitário, somente para os ensinos fundamental e médio (primário e secundário).

Pelo texto aprovado, o Estado fica obrigado a garantir o ensino fundamental gratuito. O descumprimento dessa obrigação ou a sua oferta irregular importará em responsabilidade

da autoridade competente. Caberá ainda ao Estado o atendimento educacional especializado aos deficientes: atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos; e oferta de ensino noturno regular.

O ensino universitário continuará sendo gratuito nos estabelecimentos públicos e as atividades de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Estado.

Caberá à legislação ordinária estabelecer o plano nacional de educação plurianual, com o objetivo de desenvolver articuladamente o ensino em todos os níveis e integrar as ações do poder público que visem à erradicação do analfabetismo (o País tem hoje 30 milhões de analfabetos), a universalização do atendimento escolar, e a melhoria da qualidade do ensino.

Um texto que agradou a muitos

por Ascânio Selem de Brasília

O acordo que mudou em profundidade a realidade da educação no País, aprovado ontem pela absoluta maioria dos constituintes reunidos em plenário, agradou tanto a esquerda quanto o “Centrão”, que redigiu o seu texto-base. As negociações, que atravessaram a noite de quarta para quinta-feira, resultaram em um texto aplaudido por Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Hermes Zanetti (PMDB-RS), duas personalidades intimamente ligadas à educação que têm conceitos completamente diferentes sobre o tema.

Sandra Cavalcanti apontou o aumento de 13 para 18% dos impostos a ser aplicado na educação como o grande avanço do novo texto constitucional. Aprovou também o item que dá liberdade de gestão às escolas particulares. “A questão da mensalidade não é responsabilidade do Estado arbitrar”, ressaltou a deputada. Hermes Zanetti, do outro lado do plenário, encaminhando a

Hoje, a Ciência e a Tecnologia

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Se houver quórum — fato raro às sextas-feiras — a Assembleia Constituinte começa a examinar hoje o capítulo referente à ciência e tecnologia, o quarto dos oito capítulos que integram o título VIII, que trata do ordem social.

Assim como ocorreu na educação, as lideranças partidárias e suprapartidárias se reuniram previamente e já têm um texto de acordo sobre a matéria. Devido às negocia-

ções, serão apresentados poucos destaques, o que abreviará a votação. Nos entendimentos já firmados, ficou decidido que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado e a tecnologia deve voltar-se para a solução de problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. A aplicação de recursos do Es-

tado no setor ainda não está fechada.

Na falta de quórum ou com um número baixo de constituintes presentes, as votações serão adiadas para segunda-feira, outro dia difícil para votação, devido ao não comparecimento de muitos constituintes. Esses possíveis adiamentos farão com que a votação das disposições transitórias, onde será decidido o mandato do presidente José Sarney, se inicie no fim da semana que vem.

A esquerda pretendia destinar essas verbas apenas à rede pública. O texto final incluiu como beneficiárias das verbas públicas também as escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas.

Por isso mesmo, o deputado Otávio Elísio (PMDB), ex-secretário de Educação de Minas Gerais durante o governo de Tancredo Neves, considerou o projeto “o ideal dentro das possibilidades de um processo de negociação”. Até mesmo o deputado Florestan Fernandes (PT-SP) gostou do texto e aprovou o entendimento entre as partes. “Tivemos que sucumbir diante da pressão da Igreja e de certos interesses privados”, reconheceu Florestan, que também lutou por verbas públicas apenas para escolas públicas. O deputado entende que a esquerda teve uma grande vitória introduzindo na Constituição o espírito da gratuidade no ensino, mas reconhece como derrota o item que mantém as bolsas de estu-

do para o ensino de primeiro e segundo grau. Florestan Fernandes pensa que a manutenção das bolsas de ensino preserva o estilo fisiológico da sua concessão. O deputado Hermes Zanetti, entretanto, vê a questão por outro ângulo. “Abrimos para as bolsas, mas introduzimos a responsabilidade do Estado em fazer crescer a rede pública”, explicou. De acordo com o novo texto, onde não houver vagas na rede pública, o Estado deve oferecer bolsas ou ampliar sua capacidade de absorção de alunos. “Com a promulgação da nova Carta, o Estado terá obrigatoriamente que ampliar sua rede de ensino. O aluno poderá entrar com mandato de injeção e garantir imediatamente sua vaga na escola pública. Amanhã, o Estado terá de aplicar efetivamente recursos na educação”, sublinhou Zanetti. O acordo, afinal aprovado quase unanimemente, recebeu aplausos até mesmo das galeias, lotadas por alunos de segundo grau de Brasília.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Sarney reúne ministros e líderes certo de que ganhará os cinco anos

por Mariângela Hamu de Brasília

O presidente José Sarney reuniu-se ontem, no Palácio do Planalto, com onze ministros de Estado, os três líderes do governo no Congresso e dois assessores políticos para fazer, pela última vez, antes da votação, uma análise dos votos até agora conquistados a favor do mandato de cinco anos. Essa decisão será tomada pela Assembleia Nacional Constituinte nos próximos dez dias.

No encontro, que durou uma hora, o presidente Sarney e seus dezesseis colaboradores começaram a discutir a estratégia a ser adotada pelo governo no segundo turno dos trabalhos da Constituinte, que começará em menos de um mês. Examinaram-se, também, os desdobramentos da política industrial, divulgada ontem, e o engajamento da máquina administrativa. O governo divulgará, nos próximos dias, a lista de empresas que serão privatizadas, fusionadas ou extintas, informou a este jornal um dos participantes.

DIFERENÇA

A análise dos mapas que relacionam, estado por estado, todos os parlamentares formalmente comprometidos com o Palácio do Planalto mostrou, numa reunião preliminar de 40 minutos, na sala do ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, os números que o presidente já esperava: se a decisão fosse hoje, o seu mandato seria fixado em 5 anos por 320 constituintes — 40 a mais do que os 280 necessários à aprovação de sua emenda.

Um grupo de ministros considerados “realistas” previu a aprovação do mandato de 5 anos por uma diferença menor: 30 votos. Esse grupo acredita que, entre os 140 parlamentares candidatos às eleições municipais de novembro próximo, há votos que não podem ser considerados absolutamente “amarrados”.

O presidente Sarney havia sido informado, desde a última reunião de avaliação com seus assessores, há duas semanas, que os números eram esses. Mas ao governador da ilha de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, com quem almoçou há dois dias, ele previu a vitória do mandato de cinco anos por uma diferença de vinte votos. Votariam a favor de sua tese — segundo ele — trezentos constituintes.

O presidente — segundo seus assessores — está seguro da vitória. Mas prefere guardar cautela e não gosta de parecer otimista. Estará seguro apenas quando o plenário da Constituinte votar. Até lá, ele e sua equipe, capitaneada pelos ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo, e An-

tônio Carlos Magalhães, das Comunicações, tentarão conquistar os indecisos.

**SUPRESSIVAS** Para o segundo turno das votações, o governo prepara outra concentração de esforços. Os assessores políticos do presidente não vão examinar quais as reais possibilidades de se suprimirem do texto constitucional já aprovado questões como o tabelamento dos juros bancários em 12%, ou que modificações podem conseguir, apenas suprimindo, na questão da reforma tributária. Mas já decidiram que são dois pontos de honra para o governo.

Há questões que o Palácio do Planalto considera mais simples — como a licença — paternidade, por exemplo — e para essas causas o governo acredita que esforços especiais não serão necessários. O que não ocorrerá — na opinião da assessoria política do presidente — com a autorização, por exemplo, para que maiores de 16 anos possam votar.

Além de contar com o apoio concentrado das esquadras e da liderança do PMDB, o voto aos 16 anos foi aprovado nessa primeira fase dos trabalhos por um número significativo de nomes ligados ao governo, e essa decisão, além de não contar com a simpatia do Planalto, conta com a desaprovação veemente das Forças Armadas, informou a este jornal um general ligado ao presidente Sarney.

**GARANTIA** Todas as decisões que dificultam a entrada de capital estrangeiro no País, tomadas até agora pela Assembleia Constituinte, também serão alvo do trabalho incansável do Palácio do Planalto. Com o mandato de cinco anos aprovado, o governo pode agora dirigir todos os seus esforços para tirar do texto aprovado o que considera “inadequado e contrário aos interesses nacionais”.

Na reunião com o presidente participaram os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo; João Alves do Interior; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; José Hugo Castilho Branco, da Indústria e do Comércio; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; Hugo Napoleão, da Educação; Borges da Silveira, da Saúde; José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Iris Resende, da Agricultura; e Vicente Fialho, da Irrigação.

Além dos ministros, estiveram presentes ao encontro os líderes na Constituinte, deputado Carlos Sant’Anna, do PFL, deputado José Lourenço, e do PMDB, senador Saldanha Derzi, além dos assessores especiais, Thales Ramalho e Henrique Hargreaves.

General Leônidas critica movimento pela anistia

Em editorial divulgado hoje no “Noticiário do Exército”, o general Leônidas Pires Gonçalves critica o movimento em favor da anistia aos militares cassados, assunto que está na pauta das disposições transitórias da Constituinte, para ser votado até o final do mês.

No editorial, o ministro do Exército afirma que “a anistia concedida pela emenda constitucional nº 28 — a mesma que convocou a Assembleia Nacional Constituinte — caracterizou-se por sua magnanimidade, pois além de estender o manto do es-

quecimento sobre os crimes políticos e conexos, terminou em seu parágrafo 3º que fossem concedidas promoções aos servidores civis e militares, “na apresentação ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem na ativa...”

O ministro lembra também que “o Exército cumpriu fielmente tal determinação para com seus 515 anistiados: 248 oficiais, 250 praças e 17 funcionários civis”, e acrescenta que “não é justificável nem admissível somar-se ao favor do perdão qualquer prêmio ou recompensa”.

Parlamentar promete para julho nova Constituição

O deputado e 1º secretário da Constituinte, Marcelo Cordeiro, afirmou ontem, em entrevista exclusiva no estúdio da EBN, que a Constituinte deve ter os trabalhos concluídos no final de julho, e será promulgada no início de agosto.

“Essa é uma previsão realista, levando em conta as experiências das votações já processadas, e devemos criar mais uma data histórica, que assinalará a elaboração de uma Constituição moderna, atual e democrática”, finalizou o deputado.

A votação do capítulo da Educação, pela Constituinte, foi marcada por muita movimentação no Congresso Nacional, segundo a EBN. De um lado, empresários do ensino lutando para a manutenção do ensino particular no Brasil e do outro, alunos — estudantes

— lutando pela estatização do ensino. No Salão Verde do Congresso, inúmeras dirigidas de escolas procuravam os constituintes para convencê-los da necessidade de dar-lhes garantia da manutenção do ensino particular.

Segundo o deputado e professor Otávio Elísio (MG), sem partido, o texto aprovado é bom e atende as duas partes, mantendo a coerência. Ele observou que a frase “Educação como dever do Estado e direito do cidadão” deixou de ser discurso político para ser realidade no texto constitucional.

Segundo ele, entre os avanços estão: cada um pode cobrar seu direito de educação obrigatória para si ou para outros. E o primeiro estabelece a prioridade de recursos na educação pública.